

Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil

Paulo Roberto de Almeida

Doutor em Ciências Sociais e diplomata de carreira.

Professor de Economia Política Internacional no Mestrado em Direito
do Centro Universitário de Brasília (Uniceub).

E-mail: pralmeida@mac.com; website: www.pralmeida.org.

Capítulo de colaboração ao livro:

Omar L. de Barros Filho e Sylvia Bojunga (orgs.),

Potência Brasil: Gás natural, energia limpa para um futuro sustentável

(Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2008, 144 p;

ISBN: 978-82-61450-01-4; p. 12-33).

1. Revolução industrial e energia: o papel central do petróleo

Nos últimos dois séculos e meio, as sociedades contemporâneas conheceram fases sucessivas de um processo complexo de revoluções industriais, iniciado a partir de um núcleo original – a Inglaterra de meados do século XVIII – mas que se disseminou progressivamente para outros continentes e sociedades, até atingir virtualmente todo o planeta até o final do século XX. Criou-se, depois de dez mil anos de predominância das atividades agrícolas, complementada por manufaturas elementares, aquilo que a historiografia especializada chama de civilização industrial, atualmente em curso de substituição pelo que se considera ser uma sociedade pós-industrial (mas que ainda deve o essencial de suas características sócio-econômicas à indústria). Cada uma dessas revoluções econômicas e sociais foi animada por um sistema produtivo específico, vinculado a uma forma de energia predominante e a um produto símbolo.¹

O Brasil, como é sabido, chegou tardiamente à primeira revolução industrial, deslanchada pela máquina a vapor e movimentada por combustíveis como a madeira e o carvão fóssil, este último associado à ascensão do aço, ainda dominante na moderna sociedade pós-industrial. Ele também chegou tarde à segunda revolução industrial, iniciado um século depois, com base na química e na eletricidade, sobretudo no petróleo, com os motores à explosão, funcionando a diesel ou a gasolina; o automóvel foi o seu resultado mais conspícuo e, de certa forma, ele continua sendo o símbolo da moderna sociedade industrial. A eletricidade também passou a ser produzida a partir de fontes hidráulicas, ainda que em muitas sociedades as fontes térmicas tenham permanecido como forma essencial de produção de energia.

As razões do atraso econômico e industrial do Brasil são múltiplas, geralmente devidas a uma série de motivos estruturais – logísticos, tecnológicos, educacionais –, mas basicamente em função de equívocos de política econômica e deficiências institucionais. Sem dispor de carvão de qualidade ou de petróleo abundante, durante a maior parte de seu processo de industrialização, o País consumiu

¹ Para uma história sintética das revoluções industriais no Ocidente desenvolvido, ver o livro do historiador americano David S. Landes, *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje* (2ª ed.; Rio de Janeiro: Campus, 2005).

muita madeira combustível, mas passou a dispor de uma matriz energética essencialmente renovável, a partir da eletricidade de fontes hidráulicas e, mais recentemente, de combustível extraído da biomassa.

Quando os países avançados já enveredavam pela terceira revolução industrial, a da moderna indústria eletrônica, no segundo pós-guerra, o Brasil conseguiu, finalmente, construir uma base técnica relativamente satisfatória em seu sistema industrial, em meados da segunda metade do século XX. Mas a carência em petróleo continuou preocupando as lideranças do País, não só pelos efeitos negativos no balanço de pagamentos, mas sobretudo pelo lado estratégico e militar, da segurança nacional.

Mais recentemente, o Brasil passou a dispor de uma produção científica respeitável para os padrões do mundo em desenvolvimento, apesar de enfrentar dificuldades consideráveis na transposição desse conhecimento especializado para o chão da fábrica, ou seja, transformar a pesquisa fundamental em tecnologia aplicada. De resto, o Brasil tampouco efetuou a revolução educacional que outros países industrializados fizeram em etapas precoces de suas capacitações tecnológicas respectivas.

Assim como o petróleo e a eletricidade, aliada à química, foram os motores da segunda revolução industrial, pode-se dizer, metaforicamente, que o circuito integrado é a “máquina a vapor” da terceira, que se prolonga em nossos dias e deve continuar exercendo um impacto duradouro nas sociedades contemporâneas. Já se está, provavelmente, na quarta revolução industrial, com os novos materiais – feitos pela nanotecnologia – e os primeiros avanços na biotecnologia, ambos prometendo revolucionar ainda mais o modo de vida. Junto com esses novos processos produtivos, os combustíveis renováveis, extraídos da biomassa, aparecem como prováveis substitutos dos combustíveis fósseis, ao lado do hidrogênio e de novas possíveis revoluções nucleares.

Na verdade, nenhuma dessas novas formas de energia suplanta totalmente a anterior, apenas assumindo formas e tipos de utilizações diferenciados em função dos avanços tecnológicos permitidos pelos progressos da ciência. Depois da lâmpada incandescente, as velas não foram totalmente aposentadas como meio de iluminação, mas passaram a servir, grosso modo, de substitutos eventuais. Agora, são os bulbos das lâmpadas incandescentes que estão sendo aposentados, posto que tecnologicamente superados e “gastadores”, por novos tipos de lâmpadas, poupadoras de energia.

Os combustíveis também devem passar por revoluções contínuas no futuro previsível, à medida que suas modalidades fósseis possam aproximar-se do esgotamento ou, o que é mais provável, suas conseqüências ambientais tornarem-se inaceitáveis para as sociedades contemporâneas. Os ciclos de produtos e as fontes de energia, renováveis ou não, vão se sucedendo, se substituindo, mas de fato se complementando, uma vez que as necessidades humanas em energia são propriamente insaciáveis. O carvão, por exemplo, continua central nas matrizes energética da China e da Índia.

Diferentemente da máquina a vapor, do carvão ou do circuito integrado, o petróleo não parece estar associado a um único paradigma industrial ou a um padrão tecnológico determinado. Utilizado de forma recorrente por diferentes povos, como combustível primário, sua história não está ligada a

um ciclo de produto específico, já que sua transformação química, a partir de meados do século XIX, permitiu o desenvolvimento de uma imensa gama de subprodutos. Na verdade, sua utilização – em forma final ou como insumo produtivo – recobre épocas sucessivas da moderna sociedade industrial, desde o querosene de iluminação do século passado até a atual “civilização do plástico”. Ele permeia diversas revoluções industriais ao mesmo tempo e permanecerá provavelmente, durante muito tempo, como uma das bases materiais mais essenciais da moderna organização social da produção.²

Pela sua natureza, ele sucede ao mundo da máquina a vapor, ou seja o da primeira revolução industrial, criando as bases da segunda. Esses dois antigos modelos de desenvolvimento industrial estão associados a fases ainda elementares da relação entre o homem e o mundo natural: trata-se da transformação de elementos materiais existentes através da utilização da energia em suas diversas formas: a energia térmica, os combustíveis fósseis, a eletricidade. A atual etapa de desenvolvimento industrial, ao contrário, dá uma maior importância à produção e à manipulação da informação, atribuindo menor peso relativo à energia e à matéria. O novo paradigma industrial se baseia no desenvolvimento de forças produtivas cada vez mais exigentes em elementos imateriais e crescentemente poupadores de matérias brutas e de energia.

O impacto propriamente tecnológico do petróleo sobre a moderna sociedade industrial, apesar de imenso e multifacético, é normalmente descurado, talvez em razão da própria “normalidade” com que costumamos encarar a enorme quantidade de subprodutos do petróleo que freqüentam nossa vida cotidiana. Isso é provavelmente devido à natureza evolutiva da indústria petrolífera, desde a etapa energética de utilização desse produto até as transformações tecnológicas mais sofisticadas do período atual. Mais do que “tomar de assalto” a sociedade contemporânea, o petróleo “impregnou” progressivamente todos os poros da moderna civilização industrial.

Três aspectos ajudam a explicar a permanente centralidade do petróleo para a sociedade contemporânea. Em primeiro lugar, ele está no centro da economia industrial, sendo o produto mais identificado com a emergência e o desenvolvimento do capitalismo atual. O petróleo ainda é, junto com outros grandes negócios contemporâneos – como a indústria automobilística, que dele depende diretamente, ou atualmente a informática –, uma das maiores indústrias que surgiram nas últimas décadas do século XIX. A Standard Oil, que dominava a indústria americana do petróleo no final daquele século, esteve entre as primeiras grandes empresas multinacionais: ela continua existindo, embora sob outros nomes. Se é certo que, à medida que olhamos mais à frente no século XXI, o chip de computador tende a assumir um valor estratégico inquestionável, o barril de petróleo ainda constitui uma fonte inegável de riqueza e poder. Ou seja, a indústria petrolífera ainda continuará a ter um enorme impacto no futuro previsível.

² Para um história do petróleo e de sua importância econômica, tecnológica e militar, ver Daniel Yergin, *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power* (Nova York: Simon and Schuster, 1991); tradução brasileira: *O Petróleo: Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder* (São Paulo: Scritta Editorial, 1992).

Em segundo lugar, o petróleo, enquanto produto primário, está intimamente vinculado às estratégias nacionais de política global e de poder. Apenas emergente na Primeira Guerra Mundial, o petróleo foi decisivo para os destinos da Segunda, tanto na Europa quanto no Extremo Oriente. Durante a Guerra Fria, a batalha pelo controle do petróleo entre as grandes companhias e os países em desenvolvimento representou um dos elementos mais dramáticos na descolonização e no nacionalismo nascente. Na atualidade, mesmo com o fim da Guerra Fria e a conformação progressiva de uma nova ordem mundial, o petróleo mantém sua condição de produto estratégico, decisivo tanto para a política internacional como para as estratégias nacionais. Ele está, por exemplo, no epicentro de vários conflitos no Oriente Médio.

Em terceiro lugar, o petróleo ilustra muito bem a dependência da sociedade atual de fontes estratégicas de energia. Até o final do século XIX, a indústria petrolífera sobrevivia quase exclusivamente do querosene de iluminação e a gasolina era praticamente um produto secundário sem utilidade. Mas assim como a invenção da lâmpada incandescente parecia assinalar a obsolescência da indústria petrolífera, o desenvolvimento do motor a combustão interna, movido a gasolina, abriu uma nova era, com a indústria automobilística.

No século XX, complementado pelo gás natural, o petróleo substituiu o carvão em seu trono como a fonte energética do mundo industrial, modificando de maneira fundamental o estilo de vida moderno. Mais recentemente, como resultado das novas preocupações ecológicas, o petróleo tornou-se o grande vilão da poluição atmosférica e do efeito estufa, junto com o carvão e outros agentes químicos. Ainda assim, a sociedade contemporânea mostra-se extremamente reticente em abandonar não só os confortos, mas a própria essência do moderno estilo de vida permitido pelo petróleo.

Apesar das enormes transformações tecnológicas em curso, sobretudo no que se refere à emergência de novos paradigmas industriais – identificados com as tecnologias de informação e de comunicação –, o petróleo continua central para a civilização contemporânea. Ele ainda responde pelos mecanismos essenciais de dominação do homem sobre o mundo físico: insumos químicos agrícolas e transporte, nosso pão de cada dia. Ele também impulsiona as lutas globais pela primazia econômica e política.

Sem deixar de reconhecer a importância do petróleo para a economia mundial no futuro previsível, cabe ainda assim verificar algumas mudanças na geopolítica da economia petrolífera. O mundo está entrando numa nova era política em matéria de petróleo que requer a cooperação internacional não apenas para manter a estabilidade política, mas também vínculos estreitos entre os países produtores e os importadores. Depois da grande onda nacionalista dos anos 1970, estão surgindo novos tipos de associação pragmática entre os monopólios nacionais e as grandes companhias de petróleo, enquanto as próprias companhias estatais de muitos países produtores realizam grandes investimentos em países abertos, reforçando, assim, as tendências à internacionalização da indústria petrolífera. A própria OPEP, vista durante muito tempo como o foco principal dos mercados internacionais de petróleo, parece ter entrado em decadência institucional,

sendo seu papel crescentemente superado pela lógica econômica e política da evolução do setor petrolífero.

A abertura de novas regiões à exploração petrolífera multinacional, na América Latina, no Oriente Médio e, sobretudo, nos países que emergiram da implosão da finada URSS, promete alterar de maneira dramática a geopolítica e a geoeconomia do petróleo nas próximas décadas. Pode-se esperar, provavelmente, uma diminuição do fenômeno da cartelização – que, de toda forma, nunca foi homogêneo e persistente – e um aumento conseqüente do poder do mercado. Mesmo se os preços podem voltar a favorecer os países produtores, como ocorreu a partir de 2003, dificilmente a fixação política de preços referenciais pela OPEP voltará a determinar o mercado, já que o desenvolvimento das bolsas de futuros altera a sua estrutura e comportamento.

2. A emergência de uma política nacional para o petróleo no Brasil

O Brasil passou o primeiro século da era do petróleo em busca da necessária e, até recentemente, quase ilusória construção da auto-suficiência. Durante a maior parte desse período, ele esteve constantemente pressionado pela evolução errática dos preços internacionais do petróleo e viveu angustiado pelas escolhas políticas que teria de fazer em torno da sua exploração nacional: monopólio público ou estímulos ao capital privado?; abertura total ou fechamento ao capital estrangeiro?; associação comercial ou regime de exclusividade da empresa estatal monopolista? Estas questões, aliás, permanecem válidas e o debate em torno delas continua atual.

O Brasil ingressou tardiamente na era do petróleo: ele sempre foi, durante a maior parte do século XX, um produtor marginal e um consumidor moderado, até que o aprofundamento do seu sistema industrial passou a exigir quantidades mais importantes, aumentando, assim, a dependência do petróleo importado. A obsessão com o abastecimento nacional dominou as mentes de líderes políticos e de chefes militares durante praticamente esse longo século, desenvolvendo uma espécie peculiar de nacionalismo petrolífero que nem sempre se pautou pelas melhores orientações econômicas no que se refere ao custo-benefício do monopólio nacional. Foi uma questão na qual as preocupações políticas sobrepujaram claramente os cálculos econômicos, ou até os seus dados técnicos, dificultando sobremaneira a manutenção de um debate baseado em evidências concretas e minimamente pautado pela racionalidade econômica.

No plano internacional, o Brasil, por outro lado, nunca teve muito peso na geoestratégia petrolífera mundial: sua produção e seu consumo, até pouco tempo atrás, simplesmente não contavam muito no balanço global dessa mercadoria. Os únicos países latino-americanos presentes na história mundial do petróleo sempre foram, evidentemente, o México e a Venezuela, ambos com uma trajetória errática em suas relações “petrolíferas” com os Estados Unidos, tormentosas ou cooperativas segundo a ocasião. Outros países foram sendo agregados à geopolítica do petróleo na América Latina, como o Equador, a Bolívia, a Argentina, assim como o próprio Brasil, mas sempre em posição secundária em face daqueles dois atores mais importantes. Mais recentemente, novas descobertas *off*

shore prometem consolidar o Brasil como grande produtor e, possivelmente, exportador de petróleo e derivados, alterando fundamentalmente esse perfil discreto que ele manteve durante décadas.

A trajetória brasileira do petróleo só tem início, praticamente, a partir da crise de 1929 e a depressão que se seguiu, com ruptura de abastecimento; mas, sobretudo, com a carência de divisas para importar a preciosa matéria-prima. Antes disso, as preocupações eram episódicas: em 1919, por exemplo, o Congresso dotou o Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura de recursos financeiros para pesquisar petróleo.³

Essa história, em sua fase inicial, tem praticamente três fases distintas: a pioneira, durante quase toda a década de 1930, quando se tratava de verificar a existência, ou não, de petróleo no Brasil; no final da década, a fase seguinte é definida pela criação do Conselho Nacional do Petróleo, que atuaria no sentido normativo, para regular a exploração de uma riqueza que tardava em aparecer; a terceira, por sua vez, começa com a criação da Petrobrás, nos anos 1950, e marca o início de uma longa trajetória, penosa e custosa, de construção da independência petrolífera. Esta só aconteceu, finalmente, a partir dos anos 1990, quando, com a Petrobrás devidamente fortalecida por uma gestão profissional, o Brasil abandona o monopólio estatal exclusivo e o nacionalismo exacerbado dessas quatro décadas e passa a aceitar a participação do capital estrangeiro na exploração do mineral fóssil.

A Constituição de 1934 e os códigos de minas e de águas traduzem a consciência nacional adquirida a partir da constatação da fragilidade nesse particular: o que eles fazem, basicamente, é dar por encerrada a era da propriedade do subsolo pelo detentor da superfície, como tinha sido estabelecido na Constituição de 1891. Passou-se a considerar as riquezas minerais como bens pertencentes à União, exploráveis sob o regime de concessão do governo federal, segundo normas de outorga que deveriam contemplar, em primeiro lugar, o interesse público.⁴

O princípio básico desses instrumentos era a restrição da exploração de recursos minerais por estrangeiros e a progressiva nacionalização dos empreendimentos existentes. Não havia, até então, nenhuma jazida de petróleo ou de gás identificada ou explorada no Brasil, mas tampouco o poder público era capaz, naquela circunstância, de conduzir explorações apropriadas: o Brasil simplesmente carecia de tecnologia, de conhecimentos elementares, dos capitais necessários ao empreendimento.

O nome que domina a primeira história política do petróleo no Brasil é, sem dúvida, o de José Bento Monteiro Lobato. Despertado para a importância crucial do petróleo e do aço para o desenvolvimento nacional, ele começou cedo sua luta pela exploração de petróleo no Brasil: em 1918 ele fundou uma Empresa Paulista de Petróleo, sem que, no entanto, dela adviessem possibilidades concretas, à falta de capitais, equipamentos e competências. Durante sua estada como adido comercial

³ Cf. Susana Feichas, “Política Brasileira do Petróleo: Quadro Sinótico”, in Alberto Tamer, *Petróleo: o preço da dependência* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980), p. 339.

⁴ A Constituição de 1891 reverteu a política do Brasil monárquico, adotada por aviso imperial em 7 de fevereiro de 1871: segundo esse instrumento, “as descobertas de minerais não conferiam, *ipso facto*, aos descobridores o direito de os extrair, ainda que proprietários da superfície”, sem a autorização do Governo do Império; cf. Mario Victor, *A Batalha do Petróleo Brasileiro* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970), p. 30.

do Brasil no Consulado em Nova York, no final dos anos 1920, Monteiro Lobato aprofundou seus conhecimentos sobre o funcionamento do setor. De volta ao Brasil, já depois da revolução de 1930, ele passou a empreender campanhas sistemáticas de mobilização do interesse público e de incitamento à ação do Estado em direção do que via como um passaporte para a liberação do Brasil do óleo importado.⁵

Em 24 de abril de 1932, o jornal *O Estado de São Paulo* publicava o manifesto de constituição da Companhia Petróleo Nacional, subscrito, entre outros, por Monteiro Lobato. Ela pretendia, segundo um decreto concedido em favor do engenheiro alagoano Edson de Carvalho, “proceder no Estado de Alagoas a trabalhos de exploração de jazidas minerais”, a partir de uma sociedade anônima dotada de “capitais exclusivamente nacionais”.⁶ Essas iniciativas eram dotadas, segundo Mario Victor, de um “otimismo exagerado”, e o que mais se acumulou, ao longo dos anos, foram frustrações e decepções com as prospecções mal sucedidas.

Os insucessos não esmoreceram Monteiro Lobato, que conduziu, sobretudo através da imprensa, de sua editora e de campanhas públicas, um esforço intenso para conscientizar o país e as autoridades da necessidade de encontrar petróleo, contra a “má-vontade da geologia”. Seu papel fundamental, nesta fase inicial de definição de uma política nacional para o petróleo no Brasil, foi acima de tudo o de um “agitador petrolífero”, no limite de um panfletário. Monteiro Lobato chegou a desenvolver uma atitude conspiratória, acusando os “trusts” internacionais e as próprias autoridades nacionais de agir contra a extração de petróleo no País:

O petróleo está hoje praticamente monopolizado por dois imensos trusts, a Standard Oil e a Royal Dutch & Shell. Como dominaram o petróleo, dominaram também as finanças, os bancos, o mercado do dinheiro; e como dominaram o dinheiro, dominaram também os governos e as máquinas administrativas. Esta rede de dominação constitui o que chamamos os Interesses Ocultos. O Brasil, como o seu imenso território marcado em mil pontos de indícios de petróleo, constituía um perigo para esses trusts. (...) Os trusts sabem de tudo e sorriem entre si. Sabem que a partir de 1930 o brasileiro cada vez menos se utiliza do cérebro para pensar, como fazem todos os povos. Sabem que os nossos estadistas dos últimos tempos positivamente pensam com outros órgãos que não o cérebro... E lá entre si combinaram: – Nada mais fácil do que botar um tapa-olho nessa gente. Com um bom tapa-olho, eles, que vegetam de cócoras sobre um oceano de petróleo, ficarão a vida inteira a comprar o petróleo nosso; enquanto isso, iremos adquirindo de mansinho suas terras potencialmente petrolíferas, para as termos como reservas futuras. Quando nossos atuais campos se esgotarem, então exploraremos os “nossos” campos do Brasil.⁷

Tendo conseguido captar fundos suficientes para a sua companhia de petróleo, ele escreve em 1932 a um amigo: “Agora vai começar a segunda parte que é o lançamento da Cia. para explorar o petróleo de Alagoas, o ponto talvez no mundo onde existia [sic] em maiores quantidades e melhor condição estratégica para a exportação”.⁸ Em nova carta, a Anísio Teixeira, ele se jactava: “Meu

⁵ Por simples acaso, se chamava Lobato a localidade da Bahia que recebeu, em 1931, autorização para perfurações e eventual exploração de petróleo e que, mais tarde, se revelaria promissora nessa área. A pequena cidade do Recôncavo baiano assistiu à emergência oficial de petróleo no Brasil, em janeiro de 1939.

⁶ Cf. Victor, *A Batalha do Petróleo Brasileiro*, op. cit., p. 34.

⁷ Cf. Monteiro Lobato, *O Escândalo do Petróleo* (4a. ed.; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936), p. 15.

⁸ Cf. Monteiro Lobato, *Cartas Escolhidas*, Obra Completa de Monteiro Lobato (1a. ed.; São Paulo: Editora Brasiliense, 1959), vol. 16, I tomo, p. 323; citado in Carmen Lucia de Azevedo, Marcia Mascarenhas de Rezende

petróleo está uma pura maravilha. (...) A vitória está assegurada e, a não ser que eu me veja espoliado por leis do Juarez Távora, nacionalizadoras do petróleo e que tais, que venham a matar o surto da futura indústria e privar-me do que com ela eu possa vir a ganhar, terei meios de realizar várias grandes coisas que me fervem na cabeça”.⁹

Dois anos depois, ele escrevia a seu amigo Godofredo Rangel: “Se o governo não me atrapalhar, dou ferro e petróleo ao Brasil em quantidades rockefellerianas”.¹⁰ Investindo contra as autoridades do setor, Lobato se convenceu, desde essa época, que o principal responsável pela não descoberta de petróleo era o Serviço Geológico Nacional, cuja política, para ele, encampava a dos “trusts” internacionais: “não tirar petróleo e não deixar que ninguém o tire”.

3. O Dom Quixote do petróleo brasileiro

O Conselho Federal do Comércio Exterior, criado em 1934, interessou-se pelo problema. Mas foram as Forças Armadas, conscientes da fragilidade estratégica do país nesse aspecto, que impulsionaram a legislação adotada no final da década. É para elas que foi dedicado o livro-panfleto de Monteiro Lobato, *O Escândalo do Petróleo*, que teve três edições no próprio mês do seu lançamento (agosto de 1936), uma quarta em outubro e várias outras mais ao longo de mais de uma década. Sua origem foi uma carta aberta dirigida por Lobato ao Ministro da Agricultura, denunciando dois técnicos estrangeiros do Departamento Nacional de Produção Mineral pela “venda de segredos do subsolo a empresas estrangeiras”.¹¹ Diante da grave denúncia, o presidente Getúlio Vargas determinou a instalação de uma Comissão de Inquérito, à qual o autor de *Urupês* ofereceu o seu depoimento escrito, que veio a ser este seu livro, lançado imediatamente após.

Para o escritor paulista, a Lei de Minas, elaborada pelo DNPM, criara embaraços “para impedir que os trusts estrangeiros se apossassem das riquezas do nosso subsolo. Mas como para embaraçar os estrangeiros fosse necessário também embaraçar os nacionais, resultou o que temos hoje: o trancamento da exploração do subsolo, tanto para nacionais como para estrangeiros – exatamente o que os trusts queriam...”¹²

Camargos e Vladimir Sacchetta, *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia* (3a. ed.; São Paulo: Senac, 2001), p. 272.

⁹ Cf. Anísio Teixeira, *Conversa entre amigos: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato*. Organização de Aurélio Vianna e Priscila Fraiz (Salvador-Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Estado da Bahia-Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1986), p. 69; in Azevedo, Camargos e Sacchetta, *Furacão na Botocúndia*, op. cit., p. 275. O general Juarez Távora foi ministro da Agricultura de 1932 a 1934, sob cuja jurisdição se encontrava o Departamento Nacional da Produção Mineral, órgão encarregado do setor; Távora teve um papel importante na definição dos dois códigos mais importantes dessa época: o de jazidas minerais e o de águas.

¹⁰ Cf. Monteiro Lobato, *A Barca de Gleyre*, *Obra Completa de Monteiro Lobato* (2a. ed.; São Paulo: Editora Brasiliense, 1948), vol. 12, II tomo, p. 328; in Azevedo, Camargos e Sacchetta, *Furacão na Botocúndia*, op. cit., p. 293.

¹¹ Cf. Victor, *A Batalha do Petróleo Brasileiro*, op. cit., p. 65.

¹² Cf. Monteiro Lobato, *O Escândalo do Petróleo*, op. cit., p. 119-120.

Monteiro Lobato afirmava desconfiar sistematicamente “de todas as entidades estrangeiras que se metem em petróleo no Brasil, já que a intenção confessada não é tirá-lo, e sim, impedir que o tiremos”.¹³ Curiosamente, mesmo denunciando a ação dos “trusts” internacionais, Lobato não era contra a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo, e lamentava a postura estupidamente nacionalista do Código de Minas:

Não sou chauvinista, nem inimigo da técnica e das empresas estrangeiras. Reconheço a nossa absoluta incapacidade de fazer qualquer coisa sem recurso ao estrangeiro, à ciência estrangeira, à técnica estrangeira, à experiência estrangeira, ao capital estrangeiro, ao material estrangeiro. Tenho olhos bastante claros para ver que tudo quanto apresentamos de progresso vem da colaboração estrangeira. E nesse caso do petróleo nada faremos de positivo, se insistirmos em afastar o estrangeiro e ficarmos a mexer na terra com as nossas colheres de pau.¹⁴

As conclusões da Comissão de Inquérito representarão mais uma decepção para Monteiro Lobato, posto que os membros do DNPM foram isentados de qualquer intenção suspeita e o presidente da Comissão, J. Pires do Rio, manifestou-se pela preservação dos fundamentos do Código de Minas.¹⁵ Frustrado com o insucesso de sua campanha em favor do petróleo nacional junto aos adultos, Monteiro Lobato leva o mesmo tema para o seu público infantil: em outubro de 1937 é lançado “O Poço do Visconde”, apresentado como um livro de “geologia para crianças”, mas que constitui um verdadeiro manifesto em favor da descoberta e exploração do petróleo no Brasil.

A partir do golpe de Estado de novembro de 1937, e a criação do Estado Novo, diversas medidas são adotadas para impulsionar a exploração de petróleo no Brasil. “Em fevereiro [de 1938], o Estado Maior do Exército, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, sugeria ao Conselho Federal de Comércio Exterior a nacionalização da indústria o óleo cru ou seu monopólio pelo Estado.”¹⁶ A própria Constituição de 1937 reforçou ainda mais os dispositivos nacionalistas existentes, passando a exigir a nacionalidade brasileira para os acionistas de empresas de mineração (quando pelo regime anterior estas tinham apenas de ser organizadas no Brasil). Isso afastou da exploração mineral toda e qualquer participação do capital estrangeiro, inclusive de empresas estrangeiras registradas no Brasil.

Vieram, em seguida: o decreto-lei 366, de 11 de abril de 1938, que passou ao domínio do Governo federal todos os campos produtores de petróleo a serem descobertos no território nacional; o decreto-lei 395, de 20 de abril de 1938, que criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), com a finalidade de pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais, diretamente ou por meio de terceiros, e declarou de utilidade pública e regulou a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio do petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, assim como a indústria da refinação de petróleo importado ou produzido no país; o decreto-lei 538, de 7 de julho de 1938, organizou o CNP e definiu suas atribuições: o general Júlio Caetano Horta Barbosa, foi designado o primeiro presidente do CNP; finalmente, o decreto 938, de dezembro de 1938, concretiza o artigo 143 da Constituição de

¹³ Idem, p. 128.

¹⁴ Idem, p. 127-128.

¹⁵ Cf. Victor, *A Batalha do Petróleo Brasileiro*, op. cit., p. 67.

¹⁶ Idem, p. 98.

1937, que reservava unicamente a brasileiros a exploração de qualquer atividade vinculada a petróleo.¹⁷

Datam dessa mesma época negociações e acordos com os vizinhos andinos para o aproveitamento do petróleo da bacia amazônica: foram efetuadas conversações com o Peru e com a Colômbia que, no entanto, não foram ultimados. Com a Bolívia, porém, foi ratificado e promulgado um tratado de exploração do petróleo da faixa sub-andina boliviana, assinado em fevereiro de 1938, que tampouco foi levado à implementação prática.¹⁸ No mesmo período, repercutiu amplamente no Brasil a nacionalização do petróleo no México, por iniciativa do presidente Lázaro Cárdenas. Meses depois, em janeiro de 1939, o petróleo finalmente começou a sair do poço de Lobato, no Recôncavo baiano.¹⁹

O CNP, então, passa a mudar a legislação nacional no sentido de controlar todo o setor do petróleo no Brasil, não apenas quanto às concessões de lavra, mas também quanto à sua tributação no ciclo completo. Por uma lei constitucional de 1940, sob sugestão do CNP, é emendada a Constituição de 1937, atribuindo competência privativa à União para tributar a produção, o comércio, a distribuição e o consumo, inclusive o comércio exterior, de carvão mineral e de todos os combustíveis líquidos. Pode-se dizer que esses princípios continuaram a pautar a política do petróleo no Brasil durante as décadas seguintes e, ainda hoje, eles dominam as mentalidades nesse terreno.

Não apenas a exploração dos hidrocarbonetos fluídos continuava submetida a uma estrita disciplina estatal, mas o seu transporte e aproveitamento industrial, bem como a armazenagem e comercialização dos derivados, em grosso e no varejo, passavam ao controle do Estado, quer quantitativa e qualitativamente, quer quanto a preços de venda. A unificação de preços, para todo o território nacional, constituiria um novo objetivo da política do petróleo, de então em diante, e a instituição do imposto único sobre combustíveis líquidos e lubrificantes de origem mineral representou um avanço considerável em tal sentido, a partir de 1941.²⁰

4. Da agitação à prisão

Não obstante o empenho das autoridades na viabilização da exploração do petróleo no Brasil, Monteiro Lobato estava convencido de que o governo agia contra as companhias privadas, sabotando suas atividades de empreendedor. Escrevendo, em 1938, ao chefe de Estado, Getúlio Vargas, ele investia contra o autor do Código de Minas, engenheiro Domingos Fleury da Rocha, diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, acusando-o de ser “agente secreto dos Poderes Ocultos hostis ao petróleo brasileiro dentro do oficialismo”. Em janeiro de 1940, o presidente Getúlio Vargas sancionou o novo Código de Minas, confirmando todas as disposições nacionalistas existentes e

¹⁷ Cf. Feichas, “Política Brasileira do Petróleo”, in Tamer, *Petróleo*, op. cit., p. 340. Ver, em Victor, a transcrição dos dispositivos essenciais desses decretos; p. 99-100.

¹⁸ Cf. “Getúlio Vargas e o petróleo brasileiro”, depoimento de Jesus Soares Pereira; in Getúlio Vargas, *A Política Nacionalista do Petróleo no Brasil* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964), p. 36-37.

¹⁹ Cf. Victor, *A Batalha do Petróleo Brasileiro*, op. cit., p. 96.

²⁰ Cf. Getúlio Vargas, *A Política Nacionalista do Petróleo no Brasil*, op. cit., apresentação de Alfredo Marques Vianna, p. 15.

exigindo, dos candidatos ao direito de pesquisar ou lavrar jazidas, “prova de capacidade financeira”, o que foi recebido por Monteiro Lobato como um óbice às suas iniciativas de pesquisar petróleo.

Em carta do início de 1940 ao general Góis Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, ele volta às acusações: “sou obrigado a continuar na campanha, não mais pelo livro ou pelos jornais, porque já não temos a palavra livre, e sim por meio de cartas aos homens do Poder”. Ele então acusa o CNP de agir em favor dos “interesses do imperialismo da Standard Oil e a Royal Dutch”, perpetuando “a nossa situação de colônia econômica dos trustes internacionais”.²¹ Sua carta mais desafiadora foi dirigida ao próprio chefe de Estado, como informa Mario Victor:

Em 24 de maio de 1940, Monteiro Lobato dirigiu uma carta ao Presidente Getúlio Vargas, onde acusava o Conselho Nacional do Petróleo de: 1 – Promover a perseguição sistemática às empresas nacionais; 2 – Criar embaraços à exploração do subsolo; 3 – Manter a idéia secreta do monopólio estatal.

Na carta, afirmava Monteiro Lobato que o [CNP] impedira o funcionamento da Companhia Cruzeiro do Sul, Companhia Petróleos do Brasil e Companhia Petróleo Nacional, algumas delas em pleno trabalho de perfuração do subsolo. A Companhia Mato-Grossense de Petróleo, embora constituída em 1938, até aquele ano (1940) estava impedida de trabalhar porque o Conselho não havia reconhecido sua constituição.²²

Getúlio Vargas encaminhou a carta ao general Horta Barbosa, presidente do CNP, que, em 22 de agosto de 1940, escreveu longa carta ao presidente Getúlio Vargas, na qual desmente as acusações de Monteiro Lobato de perseguição às empresas nacionais e revida: “àqueles que se dispõem a cumprir a lei o Conselho tem tudo facilitado, mas ao que pretendem burlá-la, como é o caso do Sr. Monteiro Lobato, este organismo, como é de seu dever, vem, não só se opondo, como também dando publicamente as razões porque o faz”.²³ Ato contínuo, envia ofício ao Tribunal de Segurança Nacional que pede abertura de inquérito contra o escritor paulista. Esta é a origem das duas prisões, em janeiro e março de 1941, de Monteiro Lobato.

As duas prisões foram preventivas, mas entre a primeira e a segunda ocorreu o enquadramento do escritor no artigo 3º. da Lei de Segurança Nacional – decreto-lei 431/1938 – que punia com penas de seis meses a dois anos de prisão quem injuriasse “os poderes públicos, ou os agentes que o exercem, por meio de palavras...” O procurador encarregado do inquérito revoltou-se com a missiva de Monteiro Lobato, sendo que “nenhuma das acusações levantadas contra a orientação que o governo vem imprimindo à exploração petrolífera no país repousa em qualquer fundamento verídico”. Ao contrário, segundo o procurador, os documentos apreendidos na empresa de Monteiro Lobato – Companhia Mato-Grossense de Petróleo – revelavam “indícios de irregularidades” e “provas evidentes das ligações comerciais do acusado justamente com elementos estrangeiros”. No momento de sua segunda prisão, Monteiro Lobato estava pensando em se mudar para Buenos Aires.

²¹ Cf. Autos do Processo n. 1607, do Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, fls. 4; in Azevedo, Camargos e Sacchetta, *Furacão na Botocúndia*, op. cit., p. 294.

²² Cf. Victor, *A Batalha do Petróleo*, op. cit., p. 104.

²³ Entre as irregularidades das empresas de Monteiro Lobato estava a insuficiente provisão de fundos e a nacionalidade estrangeira de alguns dos seus sócios, depois corrigida no sentido da nacionalização dos sócios.

Ele é absolvido num primeiro julgamento, em abril, devido à “ausência dos elementos material e moral característicos do crime de injúria”, o que o deixa eufórico.²⁴ Mas o governo recorre, e o Tribunal Pleno reforma a primeira sentença e, por unanimidade, termina por considerá-lo culpado, em maio, condenando-o a seis meses de prisão. Entre os dois julgamentos, Lobato escrevera duas cartas impertinentes ao presidente do CNP e ao próprio presidente Getúlio Vargas, recomendando a este que criasse uma Companhia Nacional do Petróleo, nos moldes da recém fundada Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. A proposta vinha, entretanto, com uma sugestão das mais cruéis: “O general-presidente desse Conselho [CNP] e os mais membros que o compõem, caso empregados como combustível nas fornalhas das sondas, darão para mover as máquinas por uns dois ou três dias – vantagem que positivamente não é de desprezar”.²⁵ Um mês depois ele é indultado por Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo, porém, é determinada a apreensão e destruição do livro *Peter Pan*, que ele havia traduzido, por supostamente gerar, segundo um procurador, “um sentimento errôneo quanto ao governo do país”, subrepticamente amoldando o “espírito da criança à mentalidade demolidora do nacionalismo”.

De fato, Monteiro Lobato se batia pelo petróleo nacional com todas as suas forças, movido bem mais pelo instinto do que pelo conhecimento técnico e pela boa informação geológica. Sua atividade empresarial foi quase amadora – daí a razão do não-credenciamento de suas “empresas de petróleo” pelo CNP – e sua agitação panfletária estava no limite das ofensas às autoridades governamentais. Ele tocava, porém, nos pontos corretos, que a seu ver dificultavam e atrasavam a exploração do petróleo no país. Em sua carta ao chefe de Estado de maio de 1940, ele assim se pronunciava em relação ao pretendido monopólio estatal que se cogitava criar nessa área:

Outro aspecto do monopólio é a *impossibilidade de o Governo* criar com ele a grande indústria do petróleo de que o Brasil precisa. O senhor [Getúlio Vargas] não ignora a incapacidade do Estado, no mundo inteiro, para dirigir empresas industriais, incapacidade por demais evidente no Brasil. O Lóide Brasileiro e a Central do Brasil são casos típicos.²⁶

Monteiro Lobato se insurgia facilmente contra geólogos e funcionários do governo que não estivessem de acordo com suas iniciativas empresariais, confundindo muitas vezes a cautela necessária com que eles viam seus rompantes de entusiasmo pela causa do petróleo com o que ele considerava ser uma sabotagem deliberada em torno desses empreendimentos. O julgamento que dele faz Mario Victor parece apropriado ao personagem e ao homem:

Em luta constante contra os geólogos nacionais, Monteiro Lobato criou em torno do seu nome um círculo de inimizade e antipatia que até hoje perdura entre os técnicos da época. Escritor admirável, homem de coração generoso, não soube, porém, distinguir o espírito inquieto e às vezes polêmico do intelectual, do espírito tranqüilo e sereno do técnico. Era um escritor e não um especialista em petróleo, o que jamais quis compreender. Entretanto, é preciso advertir os técnicos (...) que o seu trabalho não foi inútil. Bem ou mal, Monteiro Lobato agitou o problema do petróleo no País, (...) dando uma contribuição inestimável para o grande acontecimento de 21 de janeiro de 1939.

²⁴ Autos do Processo, in Azevedo, Camargos e Sacchetta, *Furacão na Botocúndia*, op. cit., p. 298-303.

²⁵ Autos do Processo, in idem, p. 305.

²⁶ Cf. Victor, op. cit. p. 105.

Na história do petróleo brasileiro, o nome de Monteiro Lobato deve ser pronunciado com respeito, esquecendo-se os seus inúmeros erros, naturais da criatura humana. Jamais se poderá falar de petróleo neste País olvidando o nome deste grande pioneiro, pois a maior parte de sua vida, ele a dedicou no sentido de ver o Brasil como produtor de petróleo. E isso já é o bastante para que seja reverenciado através das gerações vindouras.²⁷

5. A caminho da Petrobras: sua trajetória inicial

A Segunda Guerra Mundial representou uma diminuição considerável – em média de 50% – nos níveis de importação de petróleo e derivados, numa época em que só existiam três refinarias no País: duas no Rio Grande do Sul e uma em São Paulo. A penúria em petróleo ficou expressa nas imagens de carros movidos a gasogênio durante essa época. Em 1943, o general Horta Barbosa deixa a presidência do CNP, sendo substituído pelo coronel João Carlos Barreto. Este apresenta uma exposição de motivos, em maio de 1945, na qual salientava a necessidade de capital estrangeiro nas atividades de pesquisa, produção e refino de petróleo.²⁸ No mesmo mês, Vargas autoriza a instalação de refinarias particulares, controladas por acionistas brasileiros.

Após o final do conflito, com a instalação de um novo governo e a convocação de uma Constituinte, o Brasil adotava uma Constituição mais liberal, que não fazia mais a exigência da nacionalidade brasileira para os sócios de empresas “brasileiras” que realizassem exploração mineral no Brasil.²⁹ A Constituição de 1946 suprimiu o dispositivo da Constituição de 1934 que determinava a nacionalização progressiva das riquezas do subsolo e das fontes de energia hidráulica. Foi o sinal para a reação nacionalista que se seguiu, sintetizada na campanha “o petróleo é nosso”, na qual estiveram unidos militares de farda e estudantes da UNE.

No período inicial do debate nacional sobre o petróleo, Monteiro Lobato encontrava-se na Argentina, para onde tinha viajado em junho de 1946, e onde seus livros tinham boa acolhida (ali editados pela Claridad e depois pela Americalee). Ele volta em maio de 1947, coincidindo com a cassação do Partido Comunista pelo governo do general Dutra, o qual ele classifica como “Estado novíssimo”. Enfermo e descrente do Brasil, Monteiro Lobato vem a falecer em julho de 1948, sem ter tido a oportunidade de ver concretizada sua proposta, feita ao ditador Vargas, ainda em 1941, de constituir uma empresa nacional, ou melhor, estatal, de petróleo.

A campanha teve início por duas conferências pelo general Horta Barbosa, ex-presidente do CNP, no Clube Militar, em agosto de 1947, descritas como “magistrais” por um admirador, nas quais ele fazia a defesa da exploração estatal do petróleo brasileiro e se opunha, fundamentalmente, à orientação moderada proposta pelo general Juarez Távora. Horta Barbosa pautou, praticamente, a linha ideológica a ser adotada pela campanha nacionalista do “petróleo é nosso”.

²⁷ Idem, p. 112-113.

²⁸ A exposição de motivos n. 2.558, de 6 de maio de 1945, encontra-se transcrita em Victor, *A Batalha do Petróleo*, op. cit., p. 158-159.

²⁹ Cf. Feichas, “Política Brasileira do Petróleo”, in Tamer, *Petróleo*, op. cit., p. 340.

Juarez Távora, que tinha sido o responsável pela área do petróleo no início dos anos 1930, tinha passado a considerar a legislação do Estado Novo eivada de duas características fundamentais: “a intransigência nacionalista e a tendência à socialização compulsória”.³⁰ Em conferência pronunciada no Clube Naval, em setembro de 1947, Távora enfatizou o grande dilema do Brasil: seria possível conciliar o desejável proveito econômico de uma exploração integralmente nacional, com a urgência requerida para a solução do problema pela segurança do País? Ele mesmo respondia a essa “encruzilhada” sublinhando que a exploração sob exclusivo controle nacional, desde 1937, “tem progredido demasiado lentamente”, recomendando então que a produção primária – pesquisas e exploração de jazidas – fosse “excluída do controle obrigatório pelo capital nacional”.³¹

Nesse mesmo ano, o governo Dutra, através do CNP, constituiu uma comissão para elaborar um Estatuto para o petróleo, em função da nova Constituição. “Nele, todas as atividades relacionadas com a indústria do petróleo poderiam ter a participação do capital estrangeiro [mas este] projeto nunca se transformou em lei”.³² Em abril de 1948, foi constituído um Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, reunindo jornalistas, políticos, estudantes e militares favoráveis ao monopólio estatal sob a égide do CNP: o Centro elabora um ante-projeto alternativo que proclamava a exploração do petróleo brasileiro sob o regime de monopólio estatal.³³

Em meados de 1948, Távora reconhecia que, *teoricamente*, a solução mais adequada seria a entrega de toda a exploração petrolífera ao Estado, sob regime de monopólio, mas que, *na prática*, a conclusão que se impunha era permitir e mesmo estimular o concurso da iniciativa privada, nacional e estrangeira.³⁴ Como explicitava ele mesmo, “No fundo, sou partidário do monopólio de Estado, como o são o Gen. Horta Barbosa, o ex-Presidente Artur Bernardes e o PSB. Mas entendo – especialmente como oficial de Estado-Maior – que é inoportuno estabelecê-lo já, porque tal medida poderia *retardar demasiadamente* a conquista do 1º. objetivo visado com a solução do problema, isto é, a satisfação de nossas necessidades internas de petróleo”.³⁵

Como sintetizado por um técnico engajado na campanha desde o início, o debate nacional girava em torno de quatro questões:

- (a) conveniência da disposição constitucional que aboliu o princípio segundo o qual a exploração do petróleo nacional só poderia ser feita por brasileiros;
- (b) possibilidade de se proceder à pesquisa, extração e refinação do petróleo brasileiro sem a participação de capitais estrangeiros;
- (c) organização da indústria brasileira do petróleo sob a forma de monopólio estatal único, abrangendo a produção, transporte, refinação e venda;

³⁰ Cf. General Juarez Távora, *Petróleo para o Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955), p. 35.

³¹ Cf. Juarez Távora, *Petróleo para o Brasil*, op. cit., p. 96-98.

³² Cf. Feichas, “Política Brasileira do Petróleo”, in Tamer, *Petróleo*, op. cit., p. 340. Para uma análise do ante-projeto do Estatuto do Petróleo, ver o livro do General E. Leitão de Carvalho, *Petróleo!: salvação ou desgraça do Brasil* (Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Defesa do Petróleo Nacional, 1950), cap. III, “O Ante-Projecto de Estatuto do Petróleo”, p. 73-126.

³³ Ver o texto do ante-projeto in Leitão de Carvalho, *Petróleo!*, op. cit., Anexo III, “Ante-Projecto de Lei Apresentado pela Convenção Nacional de Defesa do Petróleo”, p. 222-238.

³⁴ Cf. Távora, *Petróleo para o Brasil*, op. cit., p. 122-123.

³⁵ Idem, conferência pronunciada no Clube Militar em 23 de junho de 1948, p. 146.

(d) manutenção da livre iniciativa particular e da livre concorrência, ou qualquer outra solução intermediária.³⁶

Na campanha presidencial de 1950, Vargas adota um tom nacionalista, mas não agressivo:

Não nos opomos, como se costuma insinuar, à vinda de capitais estrangeiros para o Brasil. Ao contrário, desejamos que venham. Somos contrários, sim, à entrega de nossos recursos naturais, de nossas reservas ao controle de companhias estrangeiras, em geral a serviço do capital cosmopolita. Falemos claro: o que é imprescindível à defesa nacional, o que constitui alicerce da nossa soberania, não pode ser entregue a interesses estranhos, deve ser explorado por brasileiros com organizações predominantemente brasileiras, e, se possível, com alta percentagem de participação do Estado, evitando-se desse modo a penetração sub-reptícia de monopólios ameaçadores.³⁷

Já como presidente, ele envia o projeto de lei destinado a criar a sociedade por ações, mista, Petróleo Brasileiro S.A., sem prever, no entanto, o monopólio estatal exclusivo.³⁸ O debate foi longo e acirrado, tendo o projeto sido aprovado 23 meses depois, sob a forma de uma companhia de Estado, beneficiária do monopólio oficial, que era detido pelo Estado, sobre a pesquisa, lavra, comercialização e demais aspectos da economia do petróleo. Na redação final do projeto, o artigo 10, crucial para assegurar o monopólio da União, ficou assim redigido: “A União subscreverá a totalidade do capital inicial da Sociedade, que será expresso em ações ordinárias...; também subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem pelo menos 51% do capital votante”.³⁹

Em 3 de outubro de 1953, o presidente Getúlio Vargas sancionava o projeto da Petrobras, sob a forma da lei n. 2.004, consagrando o monopólio estatal e encerrando, assim, uma das mais importantes campanhas públicas conduzidas no Brasil desde o debate da abolição da escravidão no século XIX. A empresa entrou em funcionamento em maio de 1954, sob a presidência de Juracy Magalhães.

Na verdade, em seus primeiros dez anos de existência, a empresa foi vítima da instabilidade política vivida pelo Brasil nesses anos, registrando nove presidentes até o início do governo militar. Depois do suicídio de Vargas, e nos governos interinos que se sucederam até a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956, ela esteve submetida à intensa pressão dos “anti-nacionalistas” – como o ministro da Fazenda de Café Filho, Eugenio Gudín –, que pretendiam romper o monopólio estatal; ele foi preservado graças ao forte apoio dos militares, como o ministro da Guerra de JK, General Henrique Teixeira Lott, que cunhou a frase: *a Petrobrás é intocável*.⁴⁰ Nos governos Jânio Quadros e João Goulart, entre 1961 e 1964, ela teve quatro presidentes.

³⁶ Os quesitos foram expostos, desde outubro de 1946, pelo engenheiro e técnico do CNP, Luis Lobo Carneiro, no *Jornal de Debates*; cf. Victor, *A Batalha do Petróleo*, op. cit., p. 187-188. Ver também Leitão de Carvalho, *Petróleo!: Salvação ou Desgraça do Brasil*, op. cit., p. 128.

³⁷ Getúlio Vargas, *A Política Nacionalista do Petróleo no Brasil*, op. cit., discurso pronunciado em Salvador, em 30 de agosto de 1950, p. 65.

³⁸ O projeto de lei previa, dentre os acionistas da nova empresa, “pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras”, ou seja, abria a porta para empresas estrangeiras constituídas no Brasil; para o texto do projeto enviado pelo presidente Vargas ao Congresso, e o debate em torno dele, ver Mario Victor, *A Batalha do Petróleo*, op. cit., p. 298-302.

³⁹ Cf. Victor, *A Batalha*, op. cit., p. 400.

⁴⁰ Cf. João Rodrigues Neto, “As políticas petrolíferas de JK a Sarney (1956-1990)”, trabalho apresentado no Simpósio de Pós-graduação em História Econômica (São Paulo: USP, 3-5 de setembro de 2008; disponível:

Na sua apresentação ao livro de discursos de Getúlio Vargas sobre a questão do petróleo, o editor Alfredo Marques Vianna, da Editora Tempo Brasileiro, escrevendo, em agosto de 1964, fazia o seguinte balanço das atividades da Petrobras:

...a calamitosa instabilidade política em que o Brasil tem vivido, desde a criação da Petrobrás, afetou todos os empreendimentos do Estado e, de forma muito particular, o programa do petróleo. A empresa estatal completa dez anos de existência sob a direção de seu nono presidente; mesmo que todos eles tivessem sido administradores capacitados – coisa que, infelizmente, nem sempre ocorreu –, a condução do programa teria de ressentir-se com as freqüentes mudanças de responsáveis. Contam-se por dezenas os diretores que se sucederam na sua gestão... Numerosas crises abalaram, de forma profunda, os seus serviços, criando-se neles um ambiente nada propício ao trabalho produtivo e, externamente, um clima desfavorável ao prestígio de que chegou a gozar o grande empreendimento estatal. As interferências político-partidárias no provimento de seus cargos de direção e chefia e até mesmo as dissensões de natureza ideológica puseram em perigo, sem qualquer dúvida, o futuro da grande empresa estatal, nos últimos anos. (...)

A administração ressentiu-se de graves deficiências, acusando-se desperdícios que não se justificam; há excessos de pessoal e a política de salário não se coaduna com a pobreza brasileira. Nenhuma segurança existe, aliás, de que os perigos daí decorrentes cessem em curto prazo, pois as deficiências da empresa persistem há bastante tempo, através das diretorias que se sucedem, e a sua correção não é nada fácil – mesmo que haja o firme e esclarecido propósito de as superar.⁴¹

O governo militar, a despeito do que pensava o ministro do Planejamento Roberto Campos sobre o “petrossauro”, ampliou, na verdade, o poder da Petrobras, criando novas subsidiárias – nas áreas da distribuição, da química, de *trading*, dominando a importação de derivados, para a comercialização, a pesquisa e a exploração no exterior, mediante investimentos diretos – e utilizando-a, de maneira inclusive irregular, para realizar objetivos nas áreas fiscal, industrial (sobretudo na construção naval), de combate à inflação e de captação de recursos externos.

Vinte anos depois de sua criação, a empresa monopolista estatal conseguiu, finalmente, superar a pobreza geológica da prospecção no território continental, abrindo uma nova fronteira de expansão da pesquisa e produção ao ser anunciada, em outubro de 1974, a descoberta dos poços de Campos, na plataforma continental. De fato, como tinha sugerido o geólogo americano Walter Link, da empresa Esso, contratado pelo presidente Juracy Magalhães, em 1954, para organizar o departamento de exploração da empresa, as chances petrolíferas do Brasil estavam muito mais situadas *off shore* do que no território continental. Uma tentativa, em 1975, de superar as limitações dos recursos existentes, por meio de assinaturas de contratos de risco com empresas privadas, inclusive estrangeiras – adotada pelo general Ernesto Geisel, que tinha sido presidente da companhia antes de assumir a presidência do Brasil –, não redundou nos benefícios esperados, ao mesmo tempo em que a Petrobras era convocada para servir de linha auxiliar no programa nacional do álcool, instituído ao mesmo tempo (para

http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Rodrigues_Neto_Joao.pdf; acesso: setembro 2008).

⁴¹ Cf. Alfredo Marques Vianna, apresentação a Getúlio Vargas, *A Política Nacionalista do Petróleo no Brasil*, op. cit., p. 23-24.

enfrentar o primeiro choque do petróleo, em 1973-74, novamente agravado pelo segundo choque, a partir de 1979).

6. Petróleo e política nos anos recentes

A evolução da economia do petróleo no Brasil, desde os anos 1970, pode ser descrita como moderadamente positiva, sobretudo no terreno do aumento da produção própria e da redução progressiva da dependência externa. “Em 2006, o Brasil alcançou a auto-suficiência na produção de petróleo [revertida, no curso de 2007 e 2008], graças aos notáveis esforços feitos desde 1997, quando a lei do petróleo foi promulgada e aboliu o monopólio da Petrobras.”⁴² A companhia expandiu progressivamente seus interesses para um conjunto de áreas vinculadas aos combustíveis fósseis – como a petroquímica e o gás natural – mas também avançou suas atividades nos renováveis, como o etanol e o biodiesel. Em outros termos, os sonhos de Monteiro Lobato, no sentido da independência energética do Brasil, estão se realizando, ainda que três gerações mais tarde.

Ainda assim, nenhum balanço econômico fiável pode ser apresentado quanto aos resultados efetivos – em termos de custos e benefícios – do monopólio estatal, em seus anos de existência efetiva, uma vez que as variáveis de atividade da estatal foram muito diversas, ao ter ela sido obrigada pelos governos sucessivos – tanto de período militar, quando posteriormente – a atuar não apenas como empresa produtora e importadora de petróleo e seus derivados, mas também como uma espécie de agência estatal para finalidades energéticas, no sentido lato, e para uma série de outros objetivos políticos e econômicos em outros terrenos de interesse do governo no momento. Uma avaliação desse tipo ainda precisaria ser feita, pois ela é relevante num momento em que se discute como aproveitar de forma racional as novas riquezas que se apresentam ao Brasil nessa área.

A despeito de que a Petrobras tenha aumentado a oferta interna, ainda hoje o Brasil participa do mercado internacional, sobretudo como comprador de petróleo, apesar dos investimentos externos realizados pela Petrobrás desde os anos 1970. Ela passou a exportar óleo cru – que por suas características pesadas não está adaptado às refinarias nacionais – mas importa ainda grandes quantidades de óleo leve e derivados (sobretudo diesel). As perspectivas, no entanto, parecem ser moderadamente otimistas, já que o País tem chances de se firmar como fornecedor potencial de tecnologia de exploração *off-shore* e, a partir das grandes descobertas anunciadas em 2008 no chamado “pré-sal”, de petróleo de qualidade, com cotação positiva nos mercados internacionais.

⁴² Cf. Georges Landau, “Brasil”, in Sidney Weintraub, Annette Hester, Veronica R. Prado (orgs.), *Cooperação Energética nas Américas: Entraves e Benefícios* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2008), p. 236. A nova lei do petróleo derivou da emenda constitucional n. 6, de 15 de agosto de 1995, que modificou o artigo 176 da Constituição de 1988, que estipulava que “As jazidas e demais recursos minerais e potenciais de energia hidráulica pertencem à União e somente podiam ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, “no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional...”; segundo a nova redação, a exploração passou a poder ser feita por “empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei”.

Nos setores produtivo e comercial, ocorreu um aumento progressivo do auto-abastecimento e uma diversificação ainda maior das fontes de aprovisionamento externo, com um deslocamento de fornecedores no Oriente Médio para países africanos e da própria América Latina. A integração regional — com as interligações em matéria de gás e novos acordos comerciais para o fornecimento de *crus* — é outro elemento que pode influenciar positivamente a “geopolítica” de nossa matriz energética, devendo também contribuir para a internacionalização ainda maior da estatal Petrobrás. Persistem, no entanto, enormes problemas para a concretização desta “integração energética”, em vista de uma reversão nacionalista e estatizante em diversos parceiros potenciais na região (como na Venezuela, na Bolívia e no Equador).

A Petrobras já se situa entre as grandes empresas petrolíferas mundiais. Tendo começado a operar, em 1954, com um nível de produção situado na faixa de 2.662 bpd, ela alcançou 1,91 milhão bpd em 2006. Ainda que esse volume tenha sido revertido desde então, o planejamento estratégico da empresa prevê uma produção de 2,3 milhões bpd em 2010, o que “exigirá a reposição das reservas a uma taxa de 839 milhões de barris anuais, o que equivale à entrada em produção de um novo campo gigante a cada ano, para manter a atual relação reservas/produção, que já dura 19 anos”.⁴³

Em qualquer hipótese, o Brasil passará a desempenhar um papel mais relevante na geoeconomia mundial futura do petróleo, mesmo que ele não venha a integrar nenhum cartel manipulador de preços, no sentido exercido pela Opep: ainda que o petróleo seja verdadeiramente estratégico para a realização de todo e qualquer projeto nacional minimamente significativo, a ausência de qualquer pretensão imperial ou hegemônica como objetivo político auto-assumido faz com que, de toda forma, as necessidades brasileiras em petróleo continuem a ser asseguradas pelas vias tradicionais do comércio exterior e do investimento em fontes domésticas.

Mais modestamente, o papel do Brasil já será importante se, em lugar de uma ilusória dominação de caráter geopolítico, ele conseguir garantir um aumento razoável nos níveis de bem-estar da população mediante a utilização racional dos novos recursos descobertos na chamada camada do pré-sal, evitando a tão conhecida “maldição dos recursos naturais”. E, se o petróleo é fundamental em qualquer processo de desenvolvimento, o elemento estratégico da equação, mais do que a projeção externa de uma política de poder, continua sendo a capacitação tecnológica interna e a definição de uma correta política energética. Essa equação deve integrar, igualmente, as fontes renováveis de energia, a começar pela biomassa, mas também fontes solares e eólicas.

Em todo caso, as lições que se podem tirar do passado “petrolífero” são relativas: o cenário até aqui percorrido pode não mais ser relevante para traçar o futuro de médio e longo prazo. Novas forças começam a se movimentar neste mesmo momento no vasto mundo do petróleo. Talvez o próprio *oil power* venha a ser progressivamente substituído pelo *microchip power* e pelas novas técnicas de processamento da informação. Como sempre, os caminhos do desenvolvimento são múltiplos: mas,

⁴³ Cf. Landau, “Brasil”, in Weintraub et alii (orgs.), *Cooperação Energética*, op. cit., p. 238.

também é claro que, com abundância relativa de petróleo, como parece ocorrer a partir de agora com o Brasil, sempre será mais fácil enfrentar os desafios que serão inevitavelmente colocados pela futura transição para uma economia pós-petróleo, no quadro da sociedade do conhecimento. O importante, como talvez gostaria de lembrar Monteiro Lobato, é que acima dos recursos naturais, estão a capacidade de transformá-los e sua utilização sustentável, ou seja tecnologia e recursos humanos. Mais do que esses recursos, Monteiro Lobato continuaria a nos lembrar que um país se faz com homens e livros, ou seja, em uma palavra, educação de qualidade. Em última instância, o Monteiro Lobato educador foi mil vezes mais importante do que o agitador do petróleo.

Referências bibliográficas:

- Azevedo, Carmen Lucia de; Camargos, Marcia Mascarenhas de Rezende; Sacchetta, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia* (3a. ed.; São Paulo: Senac, 2001)
- Carvalho, E. Leitão de. *Petróleo!: salvação ou desgraça do Brasil* (Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Defesa do Petróleo Nacional, 1950)
- Feichas, Susana “Política Brasileira do Petróleo: Quadro Sinótico”, in Alberto Tamer, *Petróleo: o preço da dependência* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980)
- Landau, Georges. “Brasil”, in Sidney Weintraub, Annethe Hester, Veronica R. Prado (orgs.), *Cooperação Energética nas Américas: Entraves e Benefícios* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2008)
- Landes, David S. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje* (2ª ed.; Rio de Janeiro: Campus, 2005)
- Lobato, Monteiro. *O Escândalo do Petróleo* (4a. ed.; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936)
- Rodrigues Neto, João. “As políticas petrolíferas de JK a Sarney (1956-1990)”, trabalho apresentado no Simpósio de Pós-graduação em História Econômica (São Paulo: USP, 3-5 de setembro de 2008; disponível: http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Rodrigues_Neto_Joao.pdf; acesso: setembro 2008)
- Távora, Juarez. *Petróleo para o Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955)
- Vargas, Getúlio. *A Política Nacionalista do Petróleo no Brasil* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964)
- Victor, Mario. *A Batalha do Petróleo Brasileiro* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970)
- Yergin, Daniel. *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power* (Nova York: Simon and Schuster, 1991); tradução brasileira: *O Petróleo: Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder* (São Paulo: Scritta Editorial, 1992)

[Brasília, 14 de setembro de 2008]